



Breve histórico das práticas de aquisição de livros no Brasil¹

Prof. Dr. Lívio Lima de Oliveira²

Doutor pela ECA-USP e professor dos cursos de Letras, de Produção Editorial e de Publicidade e Propaganda da FAENAC/Anhanguera

RESUMO

Este artigo visa apresentar um breve histórico dos programas federais de aquisição de livro, sobretudo o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), no qual se entrelaçam como atores principais a Secretaria de Educação de Infantil e Fundamental (SEB) do Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e parcelas da indústria editorial brasileira. O estudo proposto se justifica, entre outras ações, por tentar desvendar elementos que permitam analisar o uso do dinheiro público, além de ampliar o campo do conhecimento na área, considerando, sobretudo, a da indústria editorial brasileira e suas relações com o governo federal, seguramente o seu principal cliente.

PALAVRAS-CHAVE

PNBE, FNDE, MEC-SEB, indústria editorial, políticas públicas

Este texto busca traçar um breve histórico do livro didático no Brasil, considerando que esse produto é de extrema importância para o sistema educacional brasileiro, já que boa parte dos professores da rede pública acaba utilizando esse tipo de livro como norteador de suas aulas. Além disso, a maior parte da produção dos livros didáticos no país é vendida para o governo federal, ocasionando entre este e a indústria editorial brasileira uma relação bastante *sui generis*.

O Brasil já é o oitavo maior produtor de livros no mundo, graças, principalmente aos programas do governo federal de compra e distribuição de livros didáticos e paradidáticos. O interesse de grupos estrangeiros nas áreas editorial e gráfica é crescente e algumas das grandes editoras e das gráficas brasileiras já foram adquiridas por grupos editoriais europeus (como Moderna, Ática e Scipione, por exemplo, no caso das editoras e da Melhoramentos e da Hamburg, no caso das gráficas). Esse já é um aspecto importante que mostra a pertinência do estudo e de algumas questões de cunho político que precisam ser investigadas, já que tratamos aqui do correto (ou não) uso do dinheiro público.

¹ Trabalho apresentado no NP Produção Editorial do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor pela ECA-USP, sob orientação da Profa. Dra. Maria Otília Bocchini. Professor de Metodologia da Pesquisa, Planejamento Editorial, Produção Gráfica e Oficinas de Produção Editorial Impressa da Faculdade Editora Nacional – FAENAC. Produtor Gráfico da Editora Girafa. E-mail: livio@usp.br



O histórico do livro didático no Brasil é título e assunto de um capítulo da obra *O livro didático em questão*, no qual as autoras afirmam “que o livro didático não tem uma história própria no Brasil” (Freitag, 1997: 11). Ela “não passa de uma seqüência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas etc.” (idem)).

Ainda assim, há registros da edição, produção e impressão desse tipo de livro desde a chegada da família real ao Brasil, no século XIX, quando D. João VI trouxe consigo um equipamento gráfico que deu origem à Imprensa Régia, o órgão responsável pela impressão dos papéis do governo e dos primeiros livros escolares impressos no país.

E a necessidade de livros escolares e de jornais para as diversas regiões do país crescia, tornando-se o principal motivo pelo qual a tipografia foi, pouco a pouco, introduzida em cada estado do país. Houve experiências em alguns estados brasileiros como o Maranhão, onde já se imprimiam livros didáticos entre 1863 e 1864 (Hallewell, 1985: 100, 108).

No final do século XIX, o editor Garnier já dizia a máxima: “Romance é o osso; livro didático é a carne”. Ele era o responsável por mais de 20% dos livros didáticos vendidos para as cerca de três mil escolas do país (*Nova Escola*, nº 140: 18). Seu principal autor era Joaquim Manuel de Macedo e, mais tarde, Olavo Bilac. Uma experiência um pouco mais alternativa foi a do editor Pedro da Silva Quaresma, empresário-editor que, no final do século XIX, encomendou para o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel traduções do português da metrópole para o português da colônia de vários clássicos da literatura infantil.

As primeiras experiências de utilização de livros na sala de aula remontam do final do século XIX, com o “livro de leitura” que era “um instrumento de ensino da língua e da leitura e um auxiliar do trabalho docente”. Esses livros eram divididos em séries e coleções e dentre as mais utilizadas (nas escolas paulistas) estavam as de João Köpke, Thomas Galhardo, César Martines, Puiggari-Barreto e Felisberto de Carvalho (Oliveira & Souza, 2000).

Já no começo do século XX, Francisco Alves representa o editor que transformou o livro didático em peça-chave do catálogo de sua editora, especializando-se na feitura e encomenda de obras com essa característica escolar. Alguns registros

mostram, inclusive, sua relação com os autores desse tipo de publicação (Hallewell, 1985: 211).

Monteiro Lobato foi um empresário revolucionário que, durante décadas tentou inculcir no povo brasileiro o gosto pela leitura, fundando e falindo empresas editoras no eixo Rio-São Paulo. Dentre suas primeiras e marcantes experiências foi a sua participação na *Revista do Brasil* na qual tentou montar uma rede postal de distribuição de livros. Funda a editora Monteiro Lobato & Cia. que, aos trancos e barrancos, acabou virando a Companhia Editora Nacional (CEN), empreendimento de Lobato e de Octalles Marcondes Ferreira. Essa CEN se tornou uma das maiores editoras, sobretudo de livros didáticos, do século XX no Brasil.

Outras grandes editoras paulistas responsáveis pela publicação de livros didáticos são a Melhoramentos, a FTD (ambas já centenárias) e a Saraiva (que se destacou na publicação de livros jurídicos). Em Porto Alegre, a Editora Globo, coordenada por José Henrique Bertaso e Erico Verissimo e a Livraria Itatiaia, de Belo Horizonte, também foram outras empresas de grande porte que editaram livros didáticos. E entre o final da década de 1960 e o início da de 1980, são fundadas algumas editoras que hoje são as maiores do mercado: Ática, Scipione e Moderna, cujo único proprietário é hoje o grupo espanhol Santillana.

O livro didático sempre fora, no Brasil, o principal filão da indústria editorial e gráfica nacional. Sua origem remonta ao Estado Novo, quando foi criado, em 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL), na gestão do ministro Gustavo Capanema. Dentre outras funções era responsável pela coordenação do livro didático, assegurando a “divulgação e distribuição de obras de interesse educacional e cultural” (Freitag, 1997: 12).

Mas foi somente a partir do Estado Novo (quando o Ministro da Educação era Gustavo Capanema) que se pode falar de uma política nacional para o livro didático. O Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938, cria a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), responsável por “examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para tradução e sugerir abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos ainda não existentes no país” (Freitag, 1997: 13).

O mesmo decreto define no seu segundo artigo o que seria o livro didático: “compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a história das disciplinas constantes dos programas escolares e livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula, tais livros também são chamados de livros de texto,



livros-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático.” (Freitag apud Oliveira, 1997: 13).

Tal comissão perdura e comanda a política de aquisição e distribuição do livro didático no país até a década de 1960, quando o Ministério da Educação (MEC) assina vários acordos com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) criando outra comissão, em 1967, chamada Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Ela precisava disponibilizar e distribuir gratuitamente aos estudantes brasileiros cerca de 51 milhões de livros. Além disso, teria de planejar e executar “um programa de desenvolvimento que incluiria a instalação de bibliotecas e um curso de treinamento de instrutores e professores em várias etapas sucessivas, desde o nível federal da União até os níveis mais baixos dos municípios e das escolas” (Freitag, 1997: 14).

Em 1968, é criada a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) que, a partir de meados da década de 1970, passa a assumir o Programa do Livro Didático. Em 1983, é instituída a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar e pelo Programa do Livro Didático (idem: 15-6). Hoje, o órgão do MEC responsável pela seleção, compra e distribuição dos livros didáticos e paradidáticos brasileiros é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, e foi criado pela Lei nº 5.537, em 21 de novembro de 1968. Em seu portal, o FNDE define sua missão e mostra seus valores:

[...] tem como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da Educação, visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. O FNDE tem como valores a transparência, a cidadania e o controle social, a inclusão social, a avaliação de resultados, e a excelência na gestão. Entre seus principais desafios estão a eficiência na arrecadação e gestão do salário-educação (maior fonte de recursos da educação fundamental), na gestão dos programas finalísticos e nas compras governamentais, além da busca permanente de parcerias estratégicas e do fortalecimento institucional. [...] O FNDE também libera recursos para diversos projetos e ações educacionais, como o Brasil Alfabetizado, a educação de jovens e adultos, a educação especial, o ensino em áreas remanescentes de quilombos e a educação escolar indígena. (http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/fnde/missao_obj.html, acesso em 26/08/06).

Em seu *Relatório de Atividades 1997* (publicação anual da autarquia),

Além das atribuições originalmente conferidas ao FNDE quando da sua criação à Autarquia foram transferidas, por força do disposto no art. 18, inciso VIII, aliena “c”, da Medida Provisória nº 1.549-27, de 14 de fevereiro de 1997, as atribuições da Fundação



de Assistência ao Estudante – FAE, extinta por força do disposto do art. 19, inciso VIII, aliena “d”, do mesmo diploma legal (FNDE, 1998: 6).

No mesmo portal, ainda define que seus recursos “direcionados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e organizações não-governamentais para atendimento às escolas públicas de educação básica”. A autarquia é responsável pela execução dos programas de aquisição de livros. Os maiores são o PNLD e o PNBE. Além desses, outras ações regulares e periódicas da autarquia são o Programa Dinheiro na Escola, o Programa Nacional de Saúde Escolar, os programas de transporte escolar, o Fundescola, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) e o Escola Aberta.

O PNBE deriva do principal programa de compra e distribuição de livros chamado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ambos ligados à Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, e executados pelo FNDE. Assim sendo, ambos apresentam características bastante semelhantes no que se refere à relação entre editoras e Ministério para negociação e compra desses livros.

Assim, há 65 anos o governo federal se relaciona com a indústria editorial brasileira por meio legal, selecionando e comprando títulos por este apresentados. Para que essa compra seja efetiva, alguns critérios devem ser considerados. São critérios de ordem técnica (relacionados aos tipos de formato, papel, impressão e acabamento dos livros) e critérios de ordem conceitual (relacionados ao projeto editorial, à temática, à seleção de títulos e autores, à textualidade e ao projeto gráfico e às ilustrações), conforme aparece na Resolução nº 8, de 8 de abril de 2003, publicada no *Diário Oficial da União*, edição nº 72, de 14 de abril de 2003.

No que se refere aos critérios de ordem técnica, chamados no edital de “Especificações Técnicas Mínimas”, uma observação preliminar permite supor uma evolução no nível técnico, como, por exemplo, nas definições de formato e tipo de papel e acabamento (livros grampeados) utilizados nas coleções, podemos perceber que a SEF pretende comprar livros a um preço acessível.

No caso do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a SEF contratou o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) para a elaboração e aplicação de tais critérios.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola foi instituído em 28 de abril de 1997, pela portaria nº 584 do MEC, na gestão do ministro Paulo Renato de Souza. As principais atribuições do PNBE, segundo a portaria, partiram da “necessidade de oferecer aos professores e alunos de ensino fundamental um conjunto de obras literárias e textos



sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, além de obras de referência” e da “importância de apoiar técnica e materialmente os programas de capacitação para docentes que atuam no ensino fundamental”.

O Ministério da Educação concentra suas políticas públicas de leitura no Programa Toda Criança na Escola, cujas ações mais importantes expressam-se em dois programas: o já extinto Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL), que vigorou de 1984 a 1996 e seu substituto, o Programa Nacional Biblioteca da Escola.

Entre as características principais do PNBE, segundo a portaria que o instituiu, estão incluídas: “aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas, enciclopédias e outros materiais de apoio e obras de referência; produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental; apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura e produção e difusão de materiais audiovisuais e de caráter educacional e científico”.

Os recursos para a viabilização desse programa estão assegurados pelo MEC nos orçamentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. E, de fato, a partir de 1998, o PNBE vem distribuindo livros para alunos do ensino fundamental. A partir de 2003, engloba também o módulo “Educação de Jovens e Adultos” (EJA), passando a distribuir para adultos que estão matriculados em cursos de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. Desde 2007, distribui também obras para formação de acervos em bibliotecas de escolas que oferecem as três séries do ensino médio.

O programa está ligado à Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação de Materiais (COMDIPE) da Secretaria de Educação Básica (SEB) anteriormente chamada Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, departamento que “atua na execução e no acompanhamento de dois grandes programas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)”. Ambos são “desenvolvidos em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)” e é responsabilidade da SEB “coordenar o processo de avaliação de livros didáticos, de literatura, de referência e de apoio à pesquisa a serem distribuídos aos alunos e às escolas públicas do ensino fundamental.”³.

Todas as edições do programa têm alguns critérios semelhantes e o principal deles é a utilização do Censo Escolar para definir o número de livros a ser adquirido

³ <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=193&Itemid=571>, acesso em 31/07/06.



pelo PNBE. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável por tal estatística, o censo escolar

coleta anualmente informações sobre a educação básica, abrangendo todas as suas etapas/níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e modalidades (ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional de nível técnico). É uma pesquisa declaratória respondida pelo (a) diretor (a) ou responsável de cada estabelecimento escolar. Normalmente, o formulário é enviado para as escolas de todo o país no mês de março.

O Censo coleta um amplo conjunto de informações sobre matrículas, funções docentes, estabelecimentos, turmas, rendimento e movimento dos alunos e transporte escolar. Todos os dados são desagregados por etapa/nível e modalidade de ensino, por dependência administrativa das escolas e por UF. O Censo proporciona um retrato detalhado do sistema de educação básica.

As informações primárias geradas pelo Censo e as taxas calculadas a partir delas constituem subsídio indispensável para formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais das três instâncias de governo (União, Estados e Municípios). Os dados sobre matrículas servem, ainda, como parâmetro para os programas federais de apoio ao desenvolvimento da educação básica e para o cálculo dos coeficientes de distribuição dos recursos do FUNDEF. (<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>, acesso em 31/07/06).

O PNBE é uma espécie de continuação do Programa Nacional Salas de Leitura, que vigorou entre 1984 e 1996. Foi criado pela extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com o objetivo geral de

“oferecer uma oportunidade alternativa ao trânsito do livro no circuito escolar através da criação de Salas de Leitura”, para possibilitar o acesso à leitura da literatura infanto-juvenil, de jornais e de revistas aos alunos do 1º grau [...] pretende “apoiar o professor a desenvolver no aluno o hábito da leitura, a intimidade e a relação com o livro”. Também figuram como proposta do programa a promoção e o financiamento da “criação de espaços alternativos para a acomodação desses livros nas escolas que não têm instalações apropriadas para uma biblioteca” e o “treinamento específico para os professores, estimulando-os a tratar a leitura na escola de forma mais criativa.” (Fernandes, 2004: 39-40).

Nas três primeiras edições do PNBE (1998, 1999 e 2000), o MEC distribuiu os livros apenas para formação de bibliotecas nas escolas de ensino fundamental ou materiais didáticos e paradidáticos com o intuito de aprimorar a formação pedagógica dos docentes das escolas de ensino fundamental.

Nas três edições seguintes (2001, 2002 e 2003), ocorreu uma grande mudança: os livros (em coleções intituladas “Literatura em Minha Casa”) foram distribuídos para os próprios alunos levarem para casa e não para as bibliotecas daquelas escolas. Nessas edições, o Ministério abriu concorrência para a compra desses livros, logo avisando pelo edital que seriam escolhidas algumas coleções de quatro ou cinco livros cada. Ou seja, seriam compradas dezenas títulos diferentes das editoras que ganhassem a licitação



(o número de coleções e de exemplares varia de edição para edição e serão detalhados posteriormente). Os livros foram distribuídos apenas para alunos do ensino fundamental (para os alunos de 4ª e 5ª séries em 2001, somente para os alunos de 4ª série em 2002 e para os alunos de 4ª e 8ª séries, bem como os alunos da Educação de Jovens e Adultos, em 2003). De acordo com a página do programa no portal FNDE, o funcionamento nessas edições foi o seguinte:

FORMA DE EXECUÇÃO. As ações do PNBE são executadas pelo FNDE de forma centralizada, com o apoio logístico das escolas públicas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais de Educação.

INSCRIÇÃO. O edital estabelecendo as regras para a inscrição e avaliação das coleções de literatura é publicado no *Diário Oficial da União* e disponibilizado na Internet, determinando um prazo para a apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.

SELEÇÃO DAS OBRAS. A avaliação e a seleção das obras são realizadas por um Colegiado instituído anualmente, com representantes do Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER e de técnicos e especialistas na área de leitura, literatura e educação do Ministério da Educação e de universidades.

AQUISIÇÃO. Após a definição das coleções e acervos e dos beneficiários da ação, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista os direitos autorais das obras.

PRODUÇÃO. Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa os quantitativos e as localidades de entrega para as editoras, que dão início à produção dos livros, com supervisão integral dos técnicos do FNDE.

QUALIDADE FÍSICA O FNDE. firmou parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Esse instituto tem a responsabilidade de coletar amostras e analisar as características físicas dos livros, de acordo com normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e de manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.

DISTRIBUIÇÃO. Dependendo do tipo de acervo e clientela beneficiária, a distribuição dos livros é feita pelo FNDE ou diretamente pelas editoras às escolas, por meio de um contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Essa etapa do PNBE conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de Educação.

RECEBIMENTO. Os livros chegam às escolas e secretarias no primeiro semestre do ano letivo. Em se tratando de escolas das zonas rurais, são entregues na sede das prefeituras ou das secretarias municipais de Educação, que devem passá-los a essas escolas. (<http://www.fnde.gov.br/programas/pnbe/index.html>, acesso em 01/07/2006).

Em seu *Relatório de Atividades 2003* (FNDE, s/d: 54), o FNDE mostra a evolução

histórica do PNBE entre 2000 e 2003. Incluí a última linha relativa ao ano de 2005.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PNBE QUANTO A ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS APLICADOS NA AÇÃO – 2000 A 2003

TABELA 44 – HISTÓRICO DO ATENDIMENTO – PNBE

ANO	DESTINO	DOS	LIVROS	NÚMERO	DE	NÚMERO	DE	RECURSO
-----	---------	-----	--------	--------	----	--------	----	---------



	CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO	ESCOLAS	BENEFICIÁRIOS	
1998	Bibliotecas das escolas da 1ª à 8ª série com mais de 500 alunos	20 mil	16,6 milhões de alunos	23,5 milhões
1999	Bibliotecas das escolas da 1ª à 4ª série com mais de 150 alunos	136 mil	10,8 milhões de alunos	17,5 milhões
2000	Bibliotecas das escolas participantes do Programa Parâmetros em Ação	30,7 mil	Diversos profissionais de educação	15,1 milhões
2001	Bibliotecas das escolas que oferecem a 4ª e a 5ª séries (quatro acervos completos, por escola) – todos os alunos de 4ª e 5ª séries (uma coleção)	139 mil	8,5 milhões de alunos	50,3 milhões
2002	Bibliotecas das escolas que oferecem a 4ª série (um acervo completo, por escola) – todos os alunos da 4ª série (uma coleção)	126 mil	3,8 milhões	19,8 milhões
2003	Literatura em Minha Casa – 4ª e 8ª séries; Palavra da Gente – 2ª fase do EJA; Casa da Leitura: Prefeituras; Biblioteca das escolas da 5ª à 8ª série; Biblioteca do Professor – Prof. alfabetizadores e da 1ª à 4ª série	124,4 mil-4ª série; 35,6 mil - 8ª série; 10,9 mil - EJA; 20 mil - Biblioteca escolar	18,0 milhões de alunos e 720 mil professores	110,7 milhões
2005	<i>Bibliotecas das escolas que oferecem as primeiras séries do ensino fundamental e escolas que atendem alunos com deficiência auditiva</i>	<i>144,7 mil</i>	<i>quase 17 milhões</i>	<i>47,3 milhões</i>

Fonte: FNDE/DIRAE (FNDE, s/d, 54). A última linha – ano de 2005 – foi inclusão minha, de acordo com os dados do relatório físico-financeiro, disponível no portal do FNDE (http://www.fnde.gov.br/home/livro_didatico/resumo_fisico_financeiro_05.pdf, acesso em 20/07/2006)

O governo federal, no papel de principal cliente da indústria editorial brasileira, sempre força, com razão, para conseguir os melhores preços e os editores, no papel de fornecedores, sempre reclamam que a negociação não é justa para eles. Assim, a relação tende sempre a ser um tanto conflituosa, inclusive dando margem a interpretações negativas acerca do bom uso do dinheiro público.

O estudo proposto se justifica, entre outras ações, por tentar desvendar elementos que permitam analisar o uso do dinheiro público, uma vez que a verba para esse programa foi aumentando de edição a edição (de 23,5 milhões em 1998 a mais de 110 milhões em 2003), além de ampliar o campo do conhecimento na área, considerando, sobretudo, a da indústria editorial brasileira e suas relações com o governo federal, seguramente o seu principal cliente.

A importância de um programa como esse é imensa, uma vez que o país é carente de bibliotecas e de livrarias e a renda impede a compra de livros pela boa parte da população brasileira.

A maneira como cada edição do PNBE é apresentada nos editais e suas coleções são selecionadas, nos dá margem a diversas hipóteses, ligadas ao relacionamento entre o



governo federal e a indústria editorial, à qualidade dos livros adquiridos pelo programa, à Secretaria de Educação Básica e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Assim, dentre as principais hipóteses levantadas temos:

- 1) o programa parece atender mais os interesses da indústria editorial brasileira que os do público a que se destina (professores e alunos), favorecendo, assim, determinada parcela dessa indústria. Os prováveis mecanismos desse favorecimento são:
 - a) algumas das exigências dos editais direcionam os prováveis vencedores, uma vez que somente algumas editoras atendem tais exigências;
 - b) os critérios para a formação de comissões técnicas de seleção e avaliação são variáveis;
 - c) expressões vagas dos editais e dos pareceres permitem praticamente que qualquer escolha seja feita;
- 2) a maioria dos livros selecionados não obedece aos critérios de programação visual considerados apropriados à boa editoração;
- 3) exigências técnicas ou omissões dos editais denunciam desconhecimento de pesquisas sobre legibilidade visual e de saberes básicos da produção;
- 4) há uma piora injustificável de qualidade com intuito de baratear os custos de produção dos livros;
- 5) uso de critérios estatísticos que acabam excluindo as escolas com poucos alunos, ou seja, nem todo o público a quem deveriam ser destinados os livros acaba recebendo as coleções;
- 6) o acesso aos pareceres é parcial e
- 7) a avaliação do TCU, com base em critérios objetivos nos seus relatórios de monitoramento, aponta deficiências da SEB, ao questionar os acervos e seu uso efetivo.

A título de exemplo, alguns desses critérios de seleção que estão no edital parecem um tanto vagos, a saber: “a coleção, na perspectiva político-pedagógica que se imprime a esta ação, deve ser um projeto orgânico, e não apenas uma reunião casual de textos. Neste sentido, deve apresentar-se como um pequeno retrato da cultura brasileira, convidando e investigando o leitor à experiência estética e à reflexão crítica sobre o mundo em que vive”⁴. Outro critério para seleção pede que “as peculiaridades que caracterizam cada grupo devem ser levadas em consideração na composição da coleção,

⁴ <http://www.fnnde.gov.br/programas/pnbe/download/fndepnbeedita12003.pdf> (p. 18), acesso em 02/07/06.



abarcando temas de interesse do público ao qual se destina e promovendo o desencadeamento de novos interesses e de novas referências culturais”⁵. Será que isso foi aplicado no caso das coleções vencedoras?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- FERNANDES, Célia Regina Delácio. *Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80*. Campinas: Tese de doutorado apresentada ao IEL-UNICAMP, 2004.
- FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues & COSTA, Wanderly Ferreira. *O livro didático em questão*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de & SOUZA, Rosa Fátima de. “As faces do livro e da leitura”. *Cadernos CEDES*, ano XX, n°52, nov./2000.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto & BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. *A política do livro didático*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Summus Editorial, 1984.
- OLIVEIRA, Lívio Lima de Oliveira. *Indústria editorial e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP, 2008.

Sites

- http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/fnde/missao_obj.html, acesso em 26/08/06
- Relatório de Atividades 1997*, Brasília, fev/1998. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_1997.pdf.
- <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=193&Itemid=571>, acesso em 31/07/06.
- http://www.fnde.gov.br/home/livro_didatico/resumo_fisico_financeiro_05.pdf, acesso em 20/07/2006.
- <http://www.fnde.gov.br/programas/pnbe/index.html>, acesso em 01/07/2006.
- <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>, acesso em 31/07/06.
- <http://www.fnde.gov.br/programas/pnbe/download/fndepnbeedita2003.pdf>, acesso em 02/07/06.

⁵

Idem: 19.